

Exmo. Senhor Primeiro-Ministro,

Exmo. Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação,

Exma. Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto,

Na qualidade de Presidente da Federação Académica do Porto (FAP) e reconhecendo o esforço que o Governo tem vindo a desenvolver em prol do progresso do país, gostaríamos, antes de mais, de manifestar o nosso apreço pelos sinais de prioridade atribuídos às áreas da educação, do ensino superior e da juventude.

Contudo, subsistem preocupações relevantes que não podem deixar de ser expressas, sobretudo num momento em que se definem políticas que determinarão o futuro da juventude portuguesa, bem como o desenvolvimento económico e social do nosso país.

O ensino superior é um bem de mérito, cujos benefícios individuais se traduzem em substanciais externalidades positivas para toda a sociedade. Tal como demonstrado pelo Prémio Nobel da Economia Robert Lucas, na sua teoria do crescimento endógeno, o investimento em capital humano - isto é, na educação desde a creche até ao ensino superior - constitui um dos principais motores do desenvolvimento económico sustentável. Nesse sentido, não nos parece adequado que se preveja um aumento das propinas no ensino superior. Num contexto em que Portugal necessita de mais diplomados e de uma maior qualificação da sua população, a propina do primeiro ciclo não deve aumentar, ainda que num valor residual.

É, por isso, que apelamos ao Governo que assegure o congelamento nominal das propinas no próximo ano letivo ou, na impossibilidade desse compromisso imediato, que garanta, desde já, que nunca haverá aumentos acima da inflação, assegurando assim o seu congelamento real ao longo da legislatura.





Paralelamente, queremos também manifestar a nossa preocupação relativamente à evolução da ação social no ensino superior. O reforço de 30 milhões de euros é positivo, mas permanece insuficiente face ao crescimento da procura e aos desafios atuais, em particular os relacionados com o custo da habitação estudantil e com a desregulação dos preços dos mestrados. A Federação Académica do Porto sempre defendeu o fim da devolução das propinas e considera que esse montante deve ser integralmente redirecionado para o reforço estrutural do sistema de ação social, garantindo que nenhum estudante é afastado do ensino superior por razões económicas.

O país que ambicionamos - mais qualificado, mais competitivo e mais justo - exige que olhemos para o ensino superior não como um custo, mas como o maior investimento público com retorno económico e social assegurado.

Reiteramos, assim, a nossa total disponibilidade para colaborar com o Governo na construção de soluções que promovam a equidade no acesso, a qualidade do sistema e a valorização dos nossos jovens enquanto protagonistas do futuro de Portugal.

Com os melhores cumprimentos,

Francisco Porto Fernandes

Presidente da Federação Académica do Porto